

**PARTICIPAÇÃO DAS
CRIANÇAS NA
CONSTRUÇÃO DA
CONSCIÊNCIA AMBIENTAL.
PROJECTO GUARDIÕES DO
AMBIENTE EXPLORADO
NUM CENTRO INFANTIL EM
LUANDA**

**CHILDREN'S PARTICIPATION IN BUILDING ENVIRONMENTAL AWARENESS:
THE "GUARDIANS OF THE ENVIRONMENT" PROJECT IMPLEMENTED AT A
CHILDREN'S CENTER IN LUANDA**

Ciências Humanas, Ciências Sociais Aplicadas • 07/08/2026

REGISTRO DOI: [10.70773/revistatopicos/786066227](https://doi.org/10.70773/revistatopicos/786066227)

Mateus Eduardo Cati¹

Rodrigues Nambua Nunes²

Yaite Léon³

RESUMO

Este trabalho visa promover a educação ambiental por meios da participação das crianças na preservação do ambiente. Quanto à metodologia pode-se afirmar que é um estudo exploratório de abordagem qualitativa e que tem como procedimento metodológico fundamental a pesquisa-acção. Os instrumentos de recolha de dados que permitiram o conhecimento teórico e resultante do trabalho de investigação/intervenção foram a observação e entrevista, já os intervenientes foram quinze crianças de cinco anos de idade e dois educadores. Os resultados da pesquisa demonstraram que o centro infantil onde decorreu a pesquisa possui potencialidades ligadas ao vasto espaço exterior e com zonas verdes para o desenvolvimento de acções alicerçadas na educação ambiental. No entanto, a inexistência de orientações específicas sobre esta área e das metodologias activas representam um desafio a ser superado. As crianças aprenderam que devem usar a água e energia eléctrica de forma racional, manter os lugares limpos, regar as plantas, cuidar dos animais. Sendo assim, ficou evidente que as crianças representam agentes activos na sociedade capazes de pensarem, opinarem e proporcionarem mudanças significativas nos contextos que frequentam. Logo, deve-se encontrar formas para efectivar a participação delas nas fileiras da defesa do ambiente.

Palavras-chave: Criança; Educação ambiental; Metodologia activa; Trabalho de projecto.

ABSTRACT

This study aims to promote environmental education through children's participation in environmental conservation. In terms of methodology, it can be stated that this is an exploratory study with a qualitative approach, and that its fundamental methodological procedure is action research. The data collection instruments that

enabled the theoretical understanding and the outcome of the research/intervention work were observation and interview. The participants were fifteen children aged five and two educators. The findings of the research demonstrated that the early childhood centre where the study was conducted possesses potentialities related to the extensive outdoor space and green areas for the development of actions grounded in environmental education. However, the absence of specific guidelines on this area and of active methodologies represent a challenge to be overcome. The children learnt that they should use water and electricity rationally, keep places clean, water the plants and care for animals. Thus, it became evident that children represent active agents in society, capable of thinking, expressing opinions and effecting significant changes in the contexts they attend. Therefore, it is necessary to find ways to ensure their effective participation in efforts to defend the environment.

Keywords: Child; environmental educativo; active methodology; project work.

INTRODUÇÃO

Nos últimos anos vem se notando uma evolução no que toca a necessidade de promover a participação mais activa das crianças no processo educativo. No entanto, esta realidade é, em grande medida condicionada à perspectiva dos professores e educadores sobre este grupo de indivíduos que estão na infância.

Neste sentido, este estudo se ocupou em perceber como as crianças podem participar na construção de conhecimentos que visam fortalecer a consciência ambiental no contexto de educação de infância, com particular incidência na autonomia cedida às crianças,

o seu grau de participação bem como suas percepções sobre o ambiente.

A escolha do tema, surge de constatação dos pesquisadores nas escolas e centros infantis do município de Belas onde se notou uma participação reduzida das crianças no processo educativo, sobretudo no que se refere a educação ambiental, colocando-as numa posição de agentes passivos alheios a realidade dos seus contextos imediatos.

Nesta conformidade, os pesquisadores entenderam explorar possibilidades juntos das educadoras que permitissem a construção de um projecto educativo assente na metodologia de projecto no qual as crianças desempenhariam papel central na pesquisa, execução e divulgação das acções inerentes a educação ambiental.

O estudo é originário do seguinte problema: como as crianças podem participar na construção da consciência ambiental no contexto de educação de infância?

Visando dar resposta ao problema levantado, formulou-se os seguintes objectivos específicos:

- Identificar as possibilidades e os desafios de trabalho com as crianças em educação ambiental;
- Sensibilizar as crianças e educadores sobre a importância da participação das crianças na preservação do ambiente;
- Ensaar uma pedagogia activa para fomentar a participação das crianças na preservação do ambiente;

- Implementar um projecto de intervenção para a promoção da educação ambiental mediante a participação activa das crianças.

ESTADO DA ARTE

Ao longo desta sessão se exploram diversos referentes teóricos que permitem uma compreensão alargada sobre a Educação ambiental, o processo educativo e possibilidades de participação das crianças neste processo por meio de metodologias activas, fundamentalmente a metodologia de trabalho de projecto.

A Educação Ambiental no Contexto Educativo

Como se evidenciou num dos subtemas abordados, as instituições educativas e a educação ambiental estão profundamente interligadas. Desta feita, a partir de agora, se buscará apresentar mais razões para que esta instituição haja em conformidade com os objectivos estabelecidos por organizações internacionais como a UNESCO e nacionais como o Ministério da Educação e Ministério do Ambiente, da mesma forma, estudiosos deste ramo.

Na visão da UNESCO (2022) as instituições educativas continuam sendo ecléticas, ou seja, possui potencialidades, desafios, limitações e perspectivas, no entanto são dos ambientes educacionais mais importantes para a socialização dos indivíduos. Nesta conformidade, ela pode ser considerada como uma representação do “compromisso das sociedades com a educação como uma actividade pública” (p. 8). Sendo assim, é de capital importância que a sociedade seja convidada a se envolver nas acções desenvolvidas pelas unidades educativas, no sentido de operacionalizar a meta de

se transformar a educação em um esforço público e um bem comum.

Desta feita, pode-se ter a educação ambiental como um desafio para tais instituições, visto que, Jordão, Carvalho e Bonotto (2016) defendem que nem sempre se disponibiliza tempo suficiente para pensar de forma adequada as acções que serão desenvolvidas por elas. Em vez disso, as instituições educativas, em certa medida, reflectem a sociedade contemporânea no que toca ao imediatismo e superficialidade na elaboração, implementação e avaliação das actividades desenvolvidas. Por isso, é essencial que se altere este quadro mediante a construção de programas coesos e holísticos que busquem incorporar todos agentes que actuam no sector e a comunidade, de modo a proporcionar mais robustez na concretização das metas educativas (UNESCO, 2022).

Contudo, estas instituições ainda são lugar favorável para a realização de projectos voltados à educação ambiental, tendo em conta o seu grau de abrangência dos diferentes sectores da sociedade, possibilidade de exercício da cidadania do educador/professor e educando (Conte, 2016). Nesta conformidade, cabe a esta instituição aprimorar a sua actuação na esfera da educação ambiental, de modo a cumprir com o seu dever de formar indivíduos capazes de proporcionarem melhorias na sua comunidade. Desta feita, a Lei de Bases do Ambiente nº 5/98, de 19 de Junho, na alínea a) do quarto artigo reforça afirmando que, todos os cidadãos têm “o direito e dever de receberem educação ambiental por forma a melhor compreenderem os fenómenos do equilíbrio ambiental, base essencial para uma actuação consciente na defesa da Política Ambiental Nacional”.

Sendo assim, o contexto educacional formal deve facilitar o acesso a conteúdos, promover debates e actividades sobre a educação ambiental, a fim de garantir aprendizagens significativas desde os pré-escolar e nos primeiros anos de escolarização. Desta forma, estará contribuindo para formação de cidadãos conscientes dos seus direitos e deveres, no que toca ao ambiente. Para isso, Jordão, Carvalho e Bonotto (2016) advertem que é necessário criatividade na articulação da teoria e prática, os educadores/professores precisam inovar para conseguirem despertar os seus educando sobre a importância dos mesmos participarem activamente na conservação do ambiente.

Na visão de Sato e Carvalho (2005) as instituições educativas devem incorporar a educação ambiental no currículo de forma interdisciplinar e transversal, pois é uma temática polissémica e abrangente que não pode limitar-se a questões voltadas a conservação e preservação das espécies, protecção de sistemas naturais, ecologia e transmissão de conhecimentos científicos. Pelo contrário, deve fomentar vias mais profundas, baseadas na participação activa e contínua, bem como na construção de uma consciência crítica dos educandos que gere mudança de comportamentos em relação ao ambiente.

Desta feita, todos agentes educativos que actuam neste contexto devem formar uma sinergia capaz de abordar a educação ambiental a partir de diferentes perspectivas, ou melhor, através de textos reflexivos, discussão de temáticas relacionadas ao ambiente de forma interdisciplinar e recorrer a participação das potencialidades da comunidade, de modo a favorecer aprendizagens baseadas em experiências concretas.

De acordo com Brito, Silva e Neto (2022) a educação formal na questão do ambiente não deve prender-se exclusivamente ao ensino da racionalização dos recursos naturais, mas, também no impacto socioeconómico das acções não sustentáveis na qualidade de vida da sociedade. Dito isso, percebe-se que é importante que se busque conscientizar as crianças, desde os primeiros anos de escolarização, que atitudes individuais e colectivas, ainda que em pequena escala, impactam o ambiente de forma positiva ou negativa, com isso, a economia, saúde, acesso à um conjunto de bens e serviços pode ficar facilitado ou condicionado.

Para Giddens (2013) a sociedade actual consome mais bens e serviços que as anteriores, este fenómeno tem gerado efeitos positivos (mais possibilidades de compra) e negativo (destruição ou degradação de recursos ambientais fundamentais como água, atmosfera, solos, aumento de resíduos sólidos e elevar as disparidades sociais). Diante disso, Loureiro (2009, p. 23) advoga que a educação ambiental ministrada nas instituições educativas pode traduzir-se num “meio reflexivo, crítico e auto-crítico contínuo, pelo qual podemos romper com a barbárie do padrão vigente de sociedade e de civilização”.

Nesta conformidade, promover a reflexão sobre os efeitos do uso adequado e inadequado dos recursos disponíveis na natureza desde o ensino pré-escolar e primário representa uma mais-valia na construção de uma cidadania consciente e activa na prevenção, mitigação ou resolução de problemas sociais de índole ambiental. Deste modo, este assunto deve ser frequentemente abordado no contexto educacional, tendo em consideração os benefícios que o mesmo pode proporcionar no incentivo de hábitos sustentáveis que,

entre outros, cooperará na minimização de alguns entraves sociais que condicionam o bem-estar das comunidades.

Sendo assim, é importante trazer à tona a questão do ambiente no contexto educacional, pois, coopera para promoção de valores, alteração de atitudes e comportamentos. Da mesma forma, prepara as gerações mais novas, ou melhor, as crianças, adolescentes e jovens para o exercício de uma “cidadania consciente, dinâmica e informada face às problemáticas ambientais atuais” (Portugal, 2023). Neste sentido, esta instituição socializadora é um cenário propício para a promoção de conhecimentos geradores de transformações na postura adoptada pelos cidadãos com o ambiente. Ademais contribui para direccionar o foco aos problemas contemporâneos do âmbito ambiental mais urgentes, com isso, além de provocar reflexões sobre o tema também fomenta a busca de soluções mais sustentáveis e eficazes para aquilo que realmente inquieta a comunidade da criança.

Por outro lado, Medeiros et al (2011) aludem que a educação ambiental, em certa medida, coopera para que a instituição educativa recorra à prática, ou seja, elementos concretos para o ensino e aprendizagem das crianças, bem como contextualizar o processo educativo de acordo a realidade da comunidade dos educandos. Sendo assim, ela abre a possibilidade da utilização dos recursos naturais existentes no meio físico-social da criança a fim de auxiliá-lo a compreender melhor as temáticas abordadas.

Além disso, coopera para que os educadores/professores e educandos investiguem mais os factores determinantes dos problemas ambientais locais e, depois disso, juntos da comunidade busquem vias para mitigá-los ou solucioná-los. Vendo nessa

perspectiva, percebe-se que tais praticas se traduzem num exercício democrático, uma vez que:

Os alunos aprendam a utilizar o conhecimento para interpretar e avaliar a realidade envolvente, para formular e debater argumentos, para sustentar posições e opções, capacidades fundamentais para a participação activa na tomada de decisões fundamentadas, numa sociedade democrática, face aos efeitos das actividades humanas sobre o ambiente (Portugal, 2023).

Doutro modo, a educação ambiental favorece que os educadores/professores e crianças/alunos sejam desafiados a associarem a teoria e prática científica, no sentido de conhecerem com mais profundidade os problemas sociais locais baseados em determinantes ambientais, depois disso, exercerem a sua cidadania na minimização dos efeitos, promoção da prevenção e solução dos mesmos. Com isso, ambos podem desfrutar de aprendizagens significativas que tendem a ser mais motivadoras de alteração de atitudes e comportamentos em relação ao ambiente.

Hoje, defende-se a ideia de um novo contracto social para a educação que ressalta a “aprendizagem ecológica, intercultural e interdisciplinar que apoie os estudantes no acesso e na produção de conhecimento. Ao mesmo tempo, a aprendizagem deve desenvolver a capacidade de criticar e aplicar esse conhecimento” (UNESCO, 2022, p. 14). Desta forma, é fundamental que a construção do currículo educativo tenha em conta os elementos acima

mencionados, uma vez que os mesmos promovem valores transversais que colocam a/o criança/aluno como agente reflexivo, crítico e activo na busca e produção de conteúdos para resolução de problemas do seu meio envolvente.

Isto posto, nota-se que a educação ambiental está alinhada às linhas orientadoras da educação contemporânea, visto que, coopera significativamente para a mudança de posturas dos educadores/professores e crianças/alunos, no que concerne a investigação e aplicação do conhecimento no melhoramento do ambiente.

De igual modo, pode traduzir-se num exercício democrático e de cidadania, na medida que, promove a reflexão conjunta, compreensão da importância de mudança de atitudes e comportamentos individuais e colectivos no enfrentamento dos determinantes sociais que colocam em perigo o ambiente e a sociedade. Portanto, é de suma importância que as instituições educativas tracem actividades que envolvam todos saberes disponíveis para optimizarem o seu meio envolvente e transformação do modelo consumista largamente incentivado pelo capitalismo.

A Educação Ambiental Como Estratégia de Intervenção Educativa e Social: Ensaçando Pedagogias

A educação ambiental faz parte de um campo científico com diferentes possibilidades de intervenção sobretudo no contexto socioeducativo (Gaudiano, 2005). Nesta ordem de ideia, este subtema visa apresentar algumas estratégias interventivas do contexto educacional que contribuem para a dinamização da

alteração de comportamentos relacionados a conservação do ambiente.

para Caride e Meira (2001, p. 223) “a educação ambiental entende-se como uma ferramenta de engenharia social cujo objectivo é formar e instruir indivíduos e comunidades para que as suas actuações no ambiente sejam mais racionais”. Desta feita, ela é um instrumento socioeducativo capaz de proporcionar mudanças significativas na relação do homem com o meio em sua volta. Todavia, enquanto engenharia social, remete a ideia que requer sistematização e racionalidade das acções, no sentido de concretizar as aspirações previamente elaboradas.

Nesta conformidade, este assunto vai além de uma matéria de ensino, pelo contrário, é um questionamento sobre o sentido da vida e a percepção do homem na actualidade sobre a vida. Por isso, a pedagogia utilizada nesta indagação não se limita a teoria construídas, mas ao desenvolvimento das competências ecossociais (Bertrand, Valois, Jutras, 1998). Sendo assim, serão descritas algumas pedagogias que podem ser usadas de modo a facilitar que a educação ambiental ultrapasse os limites da teoria e passe a ser também uma prática reflexiva que gere aprendizagens significativas e acções mais concretas dos educadores/professores e seus educandos.

Antes disso, deve-se destacar a compreensão de Libâneo (2004) sobre pedagogia, ela pode ser entendida como processos educativos, métodos e forma de ensino. De igual modo, um campo de conhecimento sobre a problemática educativa na sua generalidade e uma directriz da acção educativa. Doutro modo, ela é associada à um conjunto de estratégias, métodos e técnicas de

ensino com a finalidade de compreender a educação, a gestão escolar e condução de assuntos educacionais em um determinado contexto.

Na perspectiva de Leite (2022) é urgente que se repense as pedagogias utilizadas recorrentemente nas instituições educativas onde a criança é meramente uma ouvinte. Em vez disso, pode-se facilitar a mudança progressiva “para uma pedagogia em que a criança assume um papel activo e competente, sendo respeitada nos seus direitos activos de participação” (p.9). Neste sentido, se estará contribuindo para que a criança desempenhe a sua agência através da participação constante no seu processo educativo, tendo em consideração que estas ferramentas pedagógicas cooperam para que ela tenha voz e, com isso, participe nas diferentes etapas da construção da sua aprendizagem.

Sendo assim, Caride e Meira (2001) afirmam que a pedagogia adoptada na esfera da educação ambiental deve pautar-se por princípios que visam a construção colectiva de processos ou realidades que estimulam à sustentabilidade, equidade, responsabilidade e participação democrática. Para isso, é necessário actividades socioeducativas baseadas na reflexão e prática e, por conseguinte, garantam transformações capazes de alterar atitudes e comportamentos dos intervenientes.

Nesta ordem de ideias, percebe-se que no âmbito do trabalho da educação ambiental formal é indispensável que se associe o conhecimento já obtido sobre o assunto à acções mais concretas que coloquem os envolvidos em posição activa de preservação do ambiente, ou seja, os educadores/professores precisam estimular os seus educando a reflectirem e, acima de tudo, desenvolverem

actividades para perceberem a importância da participação de todos nesta luta mundial e, com isso, favorecer o aperfeiçoamento da actuação individual e colectiva das crianças desde os primeiros anos de aprendizagem formal.

A Participação das Crianças na Preservação do Ambiente

Esta parte do trabalho centra-se em apresentar o contributo que as crianças podem dar na conservação do ambiente. Com isso, pretende-se evidenciar, a partir de exemplos concretos, o papel que elas podem desempenhar enquanto actores sócias competentes para proporcionarem mudanças significativas neste contexto.

Segundo Abramowicz (2009, p. 57) durante muito tempo a “criança era uma espécie de fantasmas” até mesmo na escola, visto que suas opiniões não eram consideradas na construção de projectos voltadas a infância. Normalmente, era a ideia dos adultos sobre elas que prevalecia e elas eram consideradas como futuros adultos, pessoas em construção e, por isso, em certa medida, incapazes de tecerem pareceres sobre assuntos do seu interesse.

No entanto, o crescimento de estudos sobre a infância, em especial da área da sociologia da infância, cooperou significativamente para alteração desta perspectiva. Os pesquisadores deste âmbito cooperaram para que a criança fosse vista “não como um vir a ser, um devir, mas como um componente estrutural da nossa sociedade” (idem). Sendo assim, percebeu-se um rompimento com as ideias anteriormente defendidas sobre a infância e, por conseguinte, deu-se início a um movimento que apoiou a participação mais activa das crianças nas pesquisas científicas, na escola e sua comunidade.

Por isso, Delegado (2009, p. 14) afirma que Manuel Jacinto Sarmiento, investigador da sociologia da infância, advoga que “escutar o ponto de vista das crianças significa reconhecer a competência, a capacidade e o protagonismo delas nas cidades, nas decisões políticas, na ciência, na educação e em diferentes espaços sociais”. Neste sentido, urge que se dê mais oportunidades para que as crianças emitam suas ideias acerca das temáticas do seu interesse em casa, escola e demais contextos públicos que traçam programas com impacto nas suas vidas.

As crianças são agentes sociais competentes para gerarem mudanças no contexto social, cultural e político. Além disso, têm o direito de exprimirem livremente o seu ponto de vista sobre questões do seu interesse (Nascimento, 2009; ONU, 1989). Neste sentido, é um dos seus direitos fundamentais participarem activamente nos assuntos públicos e dos seus pronunciamentos serem levados em consideração na tomada de decisão dos caminhos a serem seguidos para prevenir ou melhorar determinado fenómeno.

Desta feita, nota-se que elas podem e devem actuar em diferentes cenários da vida pública, entre eles na conservação do ambiente. Para Costa (2021) fomentar a participação das crianças neste contexto significa fortalecimento da construção da cidadania desde a tenra idade, pois educação ambiental e cidadania estão interrelacionadas e incutir nas crianças o desejo de defender o ambiente coopera para a formação de cidadãos activos e participativos, com capacidade de pensarem e agirem, no sentido de melhorarem o meio em sua volta.

Sendo assim, é essencial que se facilite o acesso das crianças aos conteúdos e acções que objectivam a conservação do ambiente, visto que, este assunto é do seu interesse. Logo, despertá-las desde cedo acerca da necessidade de participarem na melhoria do ambiente pode significar a preservação de condições para a sobrevivência e sustentabilidade da biodiversidade encontrada no planeta terra.

Importa destacar que, a participação das crianças na melhoria do ambiente contribui para o exercício da cidadania global, definida pela UNESCO (2016, p. 14) como o “sentimento de pertencer a uma comunidade mais ampla e a humanidade comum. Ela enfatiza a interdependência e a interconexão política, económica, social e cultural entre os níveis local, nacional e global”. A educação ambiental é transversal e com possibilidades de actuação multidisciplinar, tendo em conta que envolve, a grosso modo, reflexão em torno da utilização dos recursos naturais imprescindíveis para a manutenção da vida do ser humano como a qualidade do ar, água, solos e o impacto biopsicossocial da acção do homem na natureza. Além disso, a importância da prevenção e acções de combate aos fenómenos que representam perigo à sobrevivência das diferentes espécies de seres vivos.

Para Carvalho (2006) a educação ambiental ajuda a desenvolver três dimensões nos educandos, isto é, conhecimento (sobre a natureza e a relação que o homem deve estabelecer com ela), valores éticos e estéticos (compreende o entendimento e procura de novos padrões colectivos no relação sociedade-natureza) e a participação política (centrada no aprimoramento da competência dos indivíduos de participar publicamente no melhoramento do ambiente, mediante o exercício da cidadania e democracia). Sendo assim, tais elementos

podem ser ensinados e aperfeiçoados nas crianças desde os primeiros anos de vida, através do subsistema de ensino pré-escolar e ensino primário. Com isso, elas terão mais possibilidades de se pronunciarem acerca da importância de alterações no estilo de gestão dos recursos naturais adotados na contemporaneidade pelos adultos e, acima de tudo, colocar em prática a cidadania global.

A partir daqui, serão apresentados elementos que têm contribuído significativamente para conservação do ambiente. Primeiramente, falar-se-á da figura mediática de Greta Thunberg, adolescente sueca que nasceu em 2003, em Estocolmo, o seu contributo tem forte pendor para a prevenção e combate de formas que geram efeitos negativos no clima. O seu primeiro acto de relevância na esfera do activismo iniciou em Agosto de 2018, quando ela deixou de ir à escola para protestar em frente do parlamento sueco, tendo como base a ideia que não valeria a pena estudar se não teria condições de sobrevivência climática no futuro (Leão, 2021).

Segundo a autora acima mencionada, Greta, na altura, afirmava o seguinte:

Nós, crianças, geralmente não fazemos o que vocês mandam. Nós fazemos o que vocês fazem. E como vocês, adultos, estão se lixando pelo meu futuro, eu também vou me lixar. Meu nome é Greta Thunberg e estou no 9º ano. E estou em greve pelo clima até o dia das eleições. (Thunberg et al., 2019 apud Leão, 2021, p. 22).

Neste episódio, a finalidade desta menina era exercer a sua cidadania, no sentido de exigir uma postura mais assertiva dos governantes suecos sobre a redução da produção de carbono no ar. No entanto, seus feitos não se esgotam ali. Pelo contrário, Mazetti e Filho (2020) ressaltam que a greve escolar pelo clima despertou a imprensa mundial e contribuiu para o surgimento e desenvolvimento do movimento *Friday For Future (FFF)*, que traduzido para o português significa *sexta-feira para o futuro*. Desta feita, um ano após o início destes protestos, ou melhor, em Setembro de 2019, cerca de quatro milhões de pessoas em cento e setenta países participaram do mesmo.

Depois disso, Greta já participou em vários eventos de renome mundial, a título de exemplo, Fórum Económico Mundial, Comité Económico Europeu, Cúpula do Clima da ONU e a COP25. Além disso, também já participou em protestos em vários países, a fim de exigir que os governos sejam mais eficazes no enfrentamento dos problemas climáticos. Ela ganhou tanta notoriedade internacional que o antigo presidente do Brasil, Jair Bolsonaro e Donald Trump, actual presidente dos Estados Unidos da América, já se referiram sobre esta adolescente de forma pejorativa nos seus discursos. (Leão 2021; Mazetti e Filho, 2020).

Por outro lado, pode-se ainda destacar a queixa de violação dos direitos da criança apresentada por meninos e meninas com idades compreendidas entre oito a dezassete anos de idade sobre os efeitos da crise climática na vida delas:

Os jovens com idades entre 8 e 17 anos alegam que a falha dos Estados-membros em enfrentar a crise climática constitui uma violação dos direitos da criança. Eles instam o órgão independente a ordenar os países a tomarem medidas para proteger as crianças dos impactos devastadores das mudanças climáticas (UNICEF, 2019).

A denúncia em causa, foi apresentada ao Comité dos Direitos da Criança da Organização das Nações Unidas pelos seguintes peticionários:

Tabela 1. Crianças que apresentaram a queixa sobre a crise climática

Nome	Nacionalidade
Chiara Sacchi	Argentina
Catarina Lorenzo	Brasil
Íris Duquesne	França
Raina Ivanova	Alemanha
Ridhima Pandey	Índia
Ackley, Iii, Ranton Anjain e Litokne Kabua David	Ilhas Marshall
Deborah Adegbile	Nigéria
Carlos Manuel	Palau
Ayakha Melithafa	África do Sul

Greta Thunberg	Suécia
Raslen Jbeili	Tunísia
Carl Smith e Alexandria Villaseñor	Estados Unidos da América

Adaptado de Farias (2021)

Importa destacar a acção desenvolvida por crianças, de modo a defender o ambiente, em especial o clima, através de uma queixa apresentada a ONU. Este exemplo deve ser considerado com um facto social histórico, na medida em que juntou crianças de diferentes continentes em torno de uma causa ambiental que tem e ainda terá mais impacto na qualidade de vida das mesmas (UNICEF, 2019). Desta feita, percebe-se, com isso, um exercício de cidadania global deixado por estas crianças que deve ser reproduzido pelos adultos e mais meninos e meninas por outras partes do mundo.

Isto posto, ficou evidenciado que a participação das crianças em questões do seu interesse é um direito consagrado a elas na Convenção Sobre os Direitos da Criança, o ambiente faz parte das temáticas contemporâneas que tem-lhes preocupado. Mais que isso, tem sido objecto da intervenção delas mediante o exercício de protestos, participação em fóruns mundiais e apresentação de queixa contra países incumpridores das metas estabelecidas sobre o melhoramento do clima. Portanto, é fundamental que se promova o ensino e participação das crianças em acções voltadas preservação do ambiente, uma vez que elas são actores que têm contribuído para o despertar da sociedade sobre o assunto e exercido pressão social aos governos para alteração da postura deles em torno do clima, água, alimentação, saúde e educação.

METODOLOGIA

Optou-se pela metodologia qualitativa. Segundo Gil (2019) esta modalidade de pesquisa examina evidências baseadas em dados verbais e visuais para entender um fenómeno em profundidade, além disso, não se recorre a instrumentos quantitativos de recolha de dados nem apresentação dos mesmos. Sendo assim, este estudo buscou analisar a educação ambiental a partir necessidade da participação das crianças no processo de conservação do ambiente.

Quanto aos procedimentos optou-se por uma pesquisa acção Na perspectiva de Gonçalves e Campiani (2021) a pesquisa-acção é uma investigação alicerçada e direccionada para a resolução de problemas concretos. Ela é realizada e conduzida pelo grupo ou por uma pessoa, é caracterizada por ciclos espirais de identificação dos problemas, colecta de dados, reflexão, análise, acções baseadas nas informações obtidas e, por fim, redefinição do problema.

Relativamente aos instrumentos de recolha de dados, utilizou-se dois. A saber: a observação sistemática, aquela que requer planeamento cuidadoso do que se deseja analisar (Gil, 2019).

Quanto ao segundo instrumento usado foi a entrevista semiestruturada para Prodanov e Freitas (2013) ela é uma técnica que coopera, em grande medida, para que o pesquisador tenha mais proximidade com os sujeitos da pesquisa.

Para o tratamento de dados, fez-se análise do conteúdo obtido de forma metódica e sistemática para facilitar a interpretação dos mesmos (Júnior e Batista, 2021). Nesta senda, enquanto se desenvolvia a observação e entrevista fez-se anotações sobre o que se ouvia e via, no sentido de, posteriormente, cooperar para

organização, apresentação e reflexão crítica das informações recolhidas, da mesma forma, confrontação com o referencial teórico consultado.

Participantes e Aspectos Éticos

Os educadores e os encarregados de educação das crianças que participaram da pesquisa foram informados sobre o tema e as finalidades do uso dos instrumentos de recolha de dados. De igual modo, foi-lhes apresentado o termo de consentimento livre e esclarecido para assinarem. Dando, com isso, a autorização para participar do estudo. Salienta-se que participaram 15 crianças e dois educadores

Apresentação dos Resultados

Quadro 1. Percepção das crianças sobre ambiente

“É umas coisas que dá para meter casa, no quarto, no carro e mais noutros lugares.” (Guardião 4)	“Sei mesmo, mas agora esqueci” (Guardião 10)
“O ambiente é o ar que nos rodeia”. (Guardião 8)	“Ambiente é as plantas, jardim...” (Guardião 12)
“É o local que nós ficamos” (Guardião 10)	“ O ambiente, não sei” (Guardião 14)

Fonte: Entrevista aplicada as crianças

Quadro 2. Questões orientadoras do projecto de intervenção

O que sabemos?	O que queremos saber?
----------------	-----------------------

“O ambiente é nosso amigo.” (Guardião 1) “As crianças podem ajudar o ambiente” (Guardião 7). “O ambiente é tudo que nos rodeia” (Guardião 8). “As plantas, o ar e água fazem parte do ambiente” (Guardião 11).	“O que podemos fazer para cuidar do ambiente” (Guardião 7). “Como cuidar do ambiente nas nossas casas, na rua, no centro infantil” (Guardião 2).
--	--

Fonte: Entrevista aplicada as crianças, 2025.

A voz da criança: planeamento do projecto de intervenção

Na fase do planeamento, deu-se espaço as crianças para definirem os próximos passos da investigação. Sendo assim, escolheu-se os meios através dos quais iriam realizar a pesquisa. Para tal, delineou-se as perguntas:

Quadro 3. Planeamento do projecto de intervenção

Onde pesquisar?	A quem perguntar?
Em casa No centro infantil	Ao pai, mãe, manos e manas; As tias da creche [As educadoras]; Livros

Fonte: Entrevista aplicada as crianças

Quadro 4. Aprendizagens realizadas pelas crianças com o projecto

O que aprendemos?	
Tem que limpar tudo, desligar a luz quando sair dum lugar, desligar a	Cuidar das plantas, regar. Deixar a planta apanhar luz do sol” (Guardião 12).

torneira quando acabar de lavar as mãos (Guardião 2).	
Não gastar muita água porque senão as pessoas não terão como lavar as mãos. (Guardião 4).	Usar bem a água, meter água nas plantas, não deixar toda hora a lâmpada ligada (Guardião 13).
Cuidar dos animais, regar as plantas para não morrerem, não gastar muito a energia (Guardião 8).	Não devemos gastar muita água. Também deitar lixo no balde e reciclar o papel (Guardião 14).
Na luz também tem água, mas não dá para aparecer. Reciclar os materiais para fazer brinquedos para nós (Guardião 10).	Utilizar de novo o papel e o plástico, não pisar nas plantas, meter água para crescer (Guardião 15).

Fonte: Entrevista aplicada as crianças, 2025

Pelo que se pode notar na abordagem das crianças elas aprenderam que devem cultivar o hábito de racionalizar o uso da água tendo atenção com as torneiras de casa, verificar se estão bem fechadas após utilizarem-nas. Da mesma maneira, cuidar das plantas por meio da rega, exposição ao sol, bem como velar para que o contexto onde frequentam esteja limpo e, para isso, é necessário colocar os resíduos sólidos no lugar adequado, baldes de lixo, e reutilizar todos materiais que estiverem em condições de serem transformado noutro objecto.

Nesta conformidade, percebe-se que as crianças obtiveram informações credíveis e úteis para, na verdade, cooperar na preservação do ambiente. De acordo com Jordão, Carvalho e Bonotto (2016) a partir do pré-escolar, as crianças devem aprender a cooperar na conservação do ambiente mediante pequenas acções condizentes à sua idade.

Quadro 5. Decisão das crianças sobre a forma de apresentação das informações obtidas

Como será apresentado as informações da pesquisa
Desenhar (Guardião 3, 5, 7); Pintar imagens (Guardião 1, 8, 9, 11); Fazer desenhos (Guardião 2,7, 12).



Imagem A

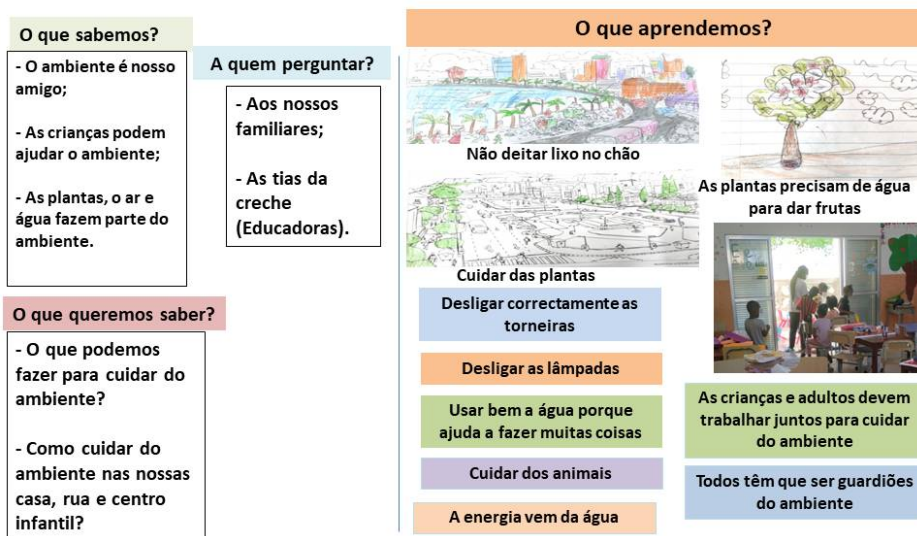


Imagem B

Fonte: desenho feito pelas crianças participantes do projecto, 2025.

Projecto Guardiões do Ambiente

Pergunta Central: O que a criança pode fazer para preservar o meio ambiente na Centralidade do Kilamba?



Fonte: Os Pesquisadores, 2025

Pelo que se pode constatar nas imagens percebe-se que as crianças entendem que as plantas e árvores são elementos cruciais no ambiente. Na imagem 3.3, é visível a interdependência de diferentes elementos da natureza, ou seja, as nuvens que trazem chuva, a terra onde é plantada a árvore actuam juntas para a produção de frutas que as pessoas comem. Esta percepção reforça a ideia do ambiente enquanto amigo das crianças, pois é uma fonte de alimentação para todos.

Divulgação geral dos resultados e encerramento do projecto

Em suma, a metodologia de projecto cooperou significativamente para facilitar a participação das crianças na escolha do tema, planificação, execução e avaliação do projecto Guardiões do Ambiente. Pelo que se pode observar na imagem acima apresentada, a intervenção contribuiu para que as crianças aprendessem formas para preservarem o ambiente em suas casas e demais lugares que frequentam. Vale destacar que dada a importância do ambiente no bem-estar integral da humanidade é crucial que todos contribuam para manter os lugares limpos, usar racionalmente os recursos naturais e, acima de tudo, sejam agentes activos nesta luta.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Quanto aos objectivos da pesquisa, identificou-se que o centro onde decorreu a intervenção oferecia possibilidades para a materialização deste projecto, visto que os educadores estavam receptíveis e motivados para novos conhecimentos e experiências, de igual modo as crianças.

No entanto, a falta de orientações específicas sobre preservação do ambiente e a participação das crianças neste contexto representaram um desafio para a intervenção. Todavia, este entrave foi transformado num estímulo para a elaboração e materialização do projecto com vista a evidenciar que as crianças são agentes fundamentais na preservação do ambiente.

Relativamente ao projecto implementado, estava alicerçado na metodologia de trabalho de projecto e foi designado por Guardiões do Ambiente. De forma sintética, teve quatro fases fundamentais, ou melhor, a definição do problema, planificação, execução e avaliação/divulgação.

Portanto, as estratégias adoptadas e as informações obtidas podem servir como base para aprimorar a actuação dos educadores e profissionais da área social quando desejarem implementar actividades que objectivam fomentar a educação ambiental. A questão é importante socialmente e referir que se abre caminho para novas pistas de investigação sobre a participação infantil na preservação do ambiente.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

Abramowicz, A. (2009). *Um novo ator no campo social*. In: Rego, T. C. (org) (2009). *Cultura e sociologia da infância: Criança em foco*. Segmento.

Angola. (2012). *Lei Sobre a Protecção e Desenvolvimento Integral da Criança N° 25/12*, de 22 de Agosto. Imprensa Nacional.

Angola. (2022). *Constituição da República de Angola*. Imprensa Nacional.

Angola. (2023). *Decreto Presidencial nº 195/23 de 11 de Outubro – Regime Jurídico do Subsistema de Educação Pré-Escolar*. Imprensa Nacional.

Angola. Ministério da Educação. (2020). *Lei de Bases do Sistema de Educação e Ensino nº 32/20*, de 12 de Agosto. Imprensa Nacional.

Bertrand, Y; Valois, P; Jutras, F. (1998). *A ecologia na escola: inventar um futuro para o planeta*. Instituto Piaget.

Bonachela, D. P; MARTA, T. N. (2010). *Educação Ambiental: Um importante papel da família*. Disponível em: <https://ojs.uel.br/revistas/uel/index.php/direitopub/article/download/7562/6647>. Acesso em: 02/02/2025.

Brito, D. M. C.; Silva E. A. C. S.; Neto, F. O. L. (org). (2022). *Educação Ambiental no ambiente escolar*. UNIFAP.

Bronfenbrenner, U. (1989). *A ecologia do desenvolvimento humano: Anais do desenvolvimento Infantil*. Artes Médicas.

Buza, A. G. (2009). *Ecologia e Teologia em diálogo diante da crise ambiental*. Edição do Autor.

Buza, A. G. (2022). *O papel do assistente social na educação ambiental*. In: Canga, J. L. (Org). (2022). *Pensar e partilhar: O Serviço Social e a interdisciplinaridade*. Editora Aquarela.

Buza, R.G.C. (2013). *Educação Ambiental: ideias, saberes e práticas relatadas por professores em um país em reconstrução, Angola*. Disponível em:

https://repositorio.ufpa.br/bitstream/2011/8575/6/Dissertacao_EducacaoAmbientalldeias.pdf. Acesso em: 1/07/2024.

Caride, J. A.; Meira, P. Á. (2001). *Educação Ambiental e o desenvolvimento humano*. Instituto Piaget.

Carnicer, T. P.; Moraes, J. A. (2022). *O papel da família no desenvolvimento da educação ambiental Trilhas Pedagógicas*, Pirassununga, v. 12, n. 15, p. 541-563. Disponível: <http://ojs.fatece.edu.br/index.php/trilhas-pedagogicas/article/view/147>. Acesso em: 02/02/2025.

Carvalho, I. C. M. (2006). *Educação ambiental: a formação do sujeito ecológico*. (2º ed.). Cortez.

Conte, I. B. (2016). *Educação ambiental na escola*. EDUECE.

Corsaro, W. (2011). *Sociologia da infância*. Artmed.

Costa, A. R. B. (2021). *As crianças e a defesa do ambiente: um processo em construção*. Universidade do Minho.

Farias, D. F. A. (2021). *Principais pontos acerca da crise climática relacionados na comunicação ao Comité dos Direitos da Criança*. In. Neiva, J; Mantelli, G. (2021). *Clima e Direitos Humanos: Vozes e Ações*. Editora, Conecta.

Gil, A. C. (2008). *Como elaborar um projeto de pesquisa*. 8ª Ed. Atlas.

Gil, A. C. (2019). *Métodos e técnicas de pesquisa social*. (7ª ed). Atlas.

Gonçalves, E. N. C.; Campiani, M. (2021). *Pesquisa-ação: Constructos para o fazer docente*. In. Júnior, C. A. O. M.; Batista, M. C. (2021). *Metodologia da pesquisa em educação e ensino de ciências*. Editora Massoni.

Guadiano, E. G. (2005). *Educação ambiental*. Instituto Piaget.

Júnior, C. A. O. M.; Batista, M. C. (2021). *Metodologia da pesquisa em educação e ensino de ciências*. Editora Massoni.

Leão, L. F. (2021). *Pirralha e raivosa: A desmoralização de Greta Thunberg como estratégia desmobilizadora do ativismo climático*. Dissertação de mestrado, Universidade Federal de Minas Gerais.

Leite, B. (2022). *Prefácio*. In. Oliveira, M; Rodrigues, M.; Milhano, S. (Org.) (2022). *A voz e a agência da criança: Abordagem de projeto na formação de educadores de infância*. Associação de Profissionais de Educação de Infância/ Escola Superior de Educação e Ciências Sociais do Instituto Politécnico de Leiria.

Mateus, A. P. et al (2022). *Construção civil e as transformações socioambientais: a experiência da centralidade urbana de Kilamba*. Research, Society and Development, v. 11, n. 5

Mazetti H; Filho J. F. (2020). *Apenas uma garota: Greta Thunberg e os enquadramentos da raiva*. *Revista Mídia e Cotidiano*. Volume 14, Número 1, jan-abr de 2020. P 7 – 31.

Medeiros, A. B.; Mendonça, M. J. S. L.; Sousa, G. L; Oliveira, I. P. (2011). *A importância da educação ambiental na escola nas séries iniciais*. *Revista Faculdade Montes Belo*, v.4, n. 1.

Medeiros, P.; Pinheiro, A; Silva, B.; Craveiro, C. (2021). *Construção social do brincar*. In: Pinheiro, A. (Org.) (2021). *Brincar e tchovar pela infância*. Escola Superior de Educação de Paula Frassinetti.

Neto, P. R. S.; Sena, D. R. R.; Saraiva, T. S. (2022). *A importância da educação ambiental em ambiente escolar para a formação de cidadãos conscientes*. Escola Conexão Aquarela/AP. In: Brito, D. M. C.; Silva, E. A. C.; Neto, F. O. L. (Org). (2022). *Educação Ambiental no ambiente escolar Macapá*. UNIFAP.

Oficina de Aprendizaje-Servicio de la UPM (2021). *Aprendizaje-Servicio* (Guía Básica). Universidad Politécnica de Madrid.

Oliveira, M.; Rodrigues, M.; Milhano, S. (Org). (2022). *A voz e a agência da criança: Abordagem de projeto na formação de educadores de infância*. Associação de Profissionais de Educação de Infância Escola Superior de Educação e Ciências Sociais do Instituto Politécnico de Leiria.

Organização das Nações Unidas. (2024). *Sobre o nosso trabalho para alcançar os Objetivos do Desenvolvimento Sustentável no Brasil*. Disponível em: www.brasil.un.org/pt-br/sdgs.

Pechtelidis, Y. *A criança como ator social*. in Tomás, C.; Trevisan, G; Fernandes, N.; Carvalho, M. J. L (Edt). (2021). *Conceitos-chave de sociologia da infância: Perspectivas globais*. UMinho Editora.

Portugal. Ministério da Educação e Cultura. (2023). *Educação ambiental*. Disponível em: cidadania.dge.mec.pt. Acessado em: 15/12/2023.

Prodanov, C. C; Freitas, E. C. (2013). *Metodologia do trabalho científico*. (2. ed.). Feevale.

Romano, R. J. B. (2011). O Educador de Infância como promotor de uma educação para a cidadania democrática: Perfil de competências. UNIBEIRAINTER.

Silva, B.; Sousa, J.; Craveiro, C. Pinheiro, A. (2019). *Juntos pela Criança: Caderno de Orientação Pedagógica*. Escola Superior de Educação de Paula Frassinetti.

Tomás, C.; Fernandes, N. (org.) (2014). *Brincar, brinquedos e brincadeiras: Modos de ser crianças dos países nos países de língua oficial portuguesa*. UEM.

UNESCO. (2022). *Reimaginar nossos futuros juntos: um novo contrato social para a educação*. Fundación SM.

¹ Mestre em Intervenção Educativa e Social, Professor afecto ao Instituto Superior João Paulo II da Univesidade Católica de Angola.

² Mestre em Metodologia de Educação de Infância, Professor afecto ao Instituto Superior João Paulo II da Univesidade Católica de Angola.

³ Mestre em Intervenção Educativa e Social, Professora afecta ao Instituto Superior João Paulo II da Univesidade Católica de Angola.